

# O ESPAÇO INFIEL\*

Alicia Duarte Penna\*\*

A meu pai

*A velha Paris não existe mais (a forma de uma cidade muda mais rapidamente, meu deus, que um coração infiel!)*  
(Charles Baudelaire)

Quando Baudelaire escreve *O Cisne*, a velha Paris não existe mais. Antes mesmo, porém, que, “com os meios mais modestos que se possa pensar: pás, enxadas, alavancas e coisas semelhantes” (Benjamin, 1989, p. 84), o Barão de Haussmann realizasse os *Grands Travaux*, não só a velha Paris, mas todo o velho mundo urbano ocidental já deixara de existir. Da metade do século XVIII em diante, a Revolução Industrial conduziu-a a uma realidade inteiramente nova, cujos aspectos fizeram-se imprimir com uma intensidade jamais vista antes nesse que, a partir de então, seria o “lugar da história”: a cidade.

Eis a primeira descrição de Coketown, a cidade onde vivem os personagens de *Tempos difíceis*, de Charles Dickens:

*Era uma cidade de tijolos vermelhos, ou melhor, de tijolos que teriam sido vermelhos se a fumaça e a cinza o permitissem, mas do modo como estavam as coisas, era uma cidade de um vermelho e preto antinatural, como o rosto pintado de um selvagem. Era uma cidade de máquinas e de altas chaminés, das quais saíam, sem solução de continuidade, intermináveis serpentes de fumaça que jamais conseguiriam dissipar-se. Tinha um canal negro, um rio cor de púrpura por causa dos vernizes mal-cheirosos, e vastos grupos de edifícios cheios de janelas, onde o dia inteiro era um contínuo bater e tremer, onde os pistões das*

\* Este artigo é baseado na dissertação *O espaço infiel*: quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade, elaborada sob a orientação da Profª Drª Heloisa Soares de Moura Costa e apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais em 1997.

\*\* Arquiteta, Mestre em Geografia – Organização Humana do Espaço pelo I.G.C./UFMG. Professora Assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo – PUC Minas.

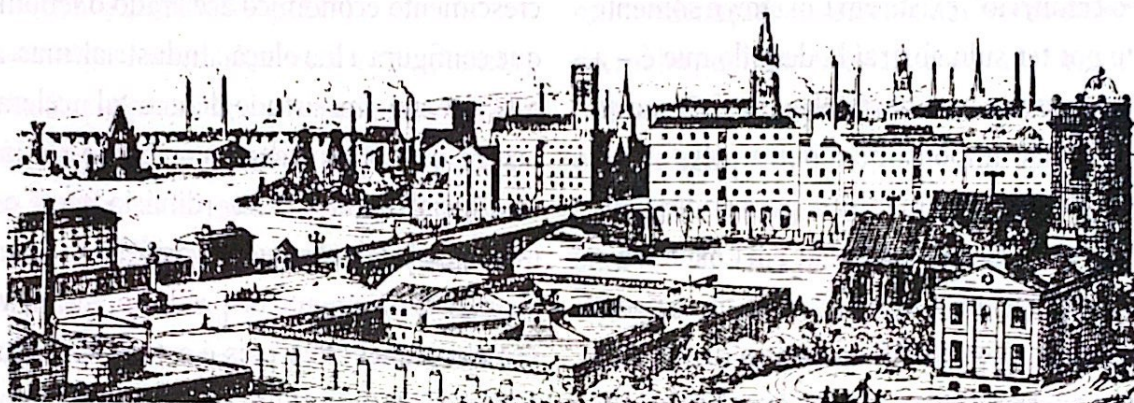
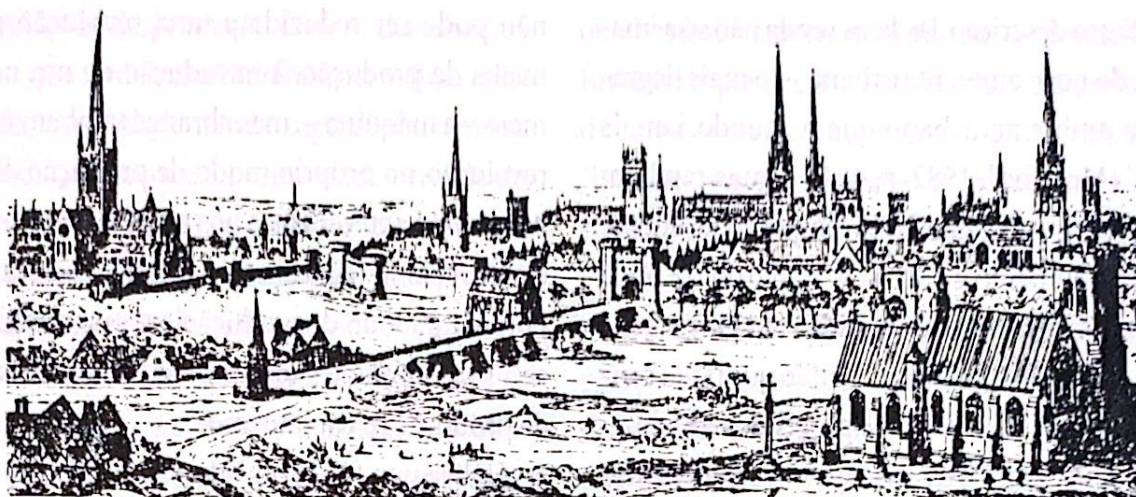


Figura 1 – Uma cidade em 1440 e em 1840 (Benévolo, 1983, p. 562)

*máquinas a vapor moviam-se para cima e para baixo, monótonos, como a cabeça de um elefante presa de uma loucura melancólica. Tinha muitas ruas largas, todas iguais umas às outras, e muitas vielas ainda mais semelhantes umas às outras, habitadas por pessoas igualmente semelhantes umas às outras, que saíam e voltavam todas na mesma hora, com o mesmo estrépito sobre o mesmo calçamento, para fazer o mesmo trabalho, pessoas para quem cada dia era igual ao dia anterior e ao dia seguinte, cada ano era uma cópia do ano passado e do ano que vem (...) A prisão poderia ter sido o hospital, o hospital poderia ter sido a prisão; a prefeitura poderia ter*

*sido um ou outro ou os dois, ou não importa qual outra coisa, dado que os respectivos signos arquitetônicos não indicavam nada em contrário. Fatos, fatos, fatos, por toda parte no aspecto material da cidade; fatos, fatos, fatos, por toda parte no aspecto imaterial. (...) Não havia senão fatos entre o hospital da maternidade e o cemitério, e aquilo que não podia figurar em cifras, que não se podia comprar pelo preço mais baixo para ser revendido pelo mais alto não seria e jamais poderia ser, até o fim dos séculos. Amém. (Dickens, 1854, cit. p/Benévolo, 1983, p. 156, grifos nossos)<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> Para Hohenberg e Lees (1985, p. 248-249, trad. autor), tanto Dickens, em *Tempos difíceis*, quanto Engels, em *A situação da classe operária na Inglaterra*, pecaram por ter “observado lugares atípicos”. Coketown, o objeto ficcional de Dickens, e Manchester, o objeto real de Engels, revelariam apenas uma face da urbanização industrial, e certamente não a mais representativa, pois “muito mais comum no cenário europeu era a enorme quantidade de cidades mais antigas (...) para o interior das quais a indústria movia-se lentamente enquanto o desenvolvimento econômico deslocava-se do campo para a cidade”. Mumford (1982, p. 484), entretanto, afirma que, “em grau maior ou menor, todas as cidades do mundo ocidental foram marcadas com as características arquetípicas de Coketown”. Em 1835, Tocqueville (cit. p/ Hobsbawn, 1979, p. 43) escreve a respeito de Manchester: “Desta vala imunda, a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo”. A questão parece ser: são Coketown e Manchester atípicas ou arquetípicas? A resposta a ela talvez esteja numa afirmação de Hobsbawn (1978, p. 33): “Não foi Birmingham, uma cidade que em 1850 produzia muito mais que em 1750, mas basicamente à

Nessa descrição, Dickens revela não só a imagem do novo ambiente urbano – “o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira” (Mumford, 1982, p. 484) –, mas também as forças que lhe conferem existência: somente é e será “até o fim dos séculos” aquilo que se pode comprar “pelo preço mais baixo para ser revendido pelo mais alto”, isto é, aquilo que pode converter-se em mercadoria e proporcionar lucro.

Tudo o que, “entre o hospital da maternidade e o cemitério”, existe em Coketown somente existe por ter sido abstraído daquilo que é – a prefeitura pode ser o hospital ou a prisão, ou os dois, ou “não importa qual outra coisa”; hoje pode ser ontem ou amanhã –, para poder figurar em cifras. Tudo o que existe em Coketown – quer no “aspecto material”, quer no aspecto “imaterial”; quer o edifício, quer o dia; quer o espaço, quer o tempo – não são fatos únicos, diferenciados, mas “fatos, fatos, fatos”, iguais entre si, repetitivos e reprodutíveis. Mais do que a ausência de signos arquitetônicos que indiquem alguma diferenciação (e, portanto, identidade), entretanto, o que torna um edifício extraordinariamente equivalente ao outro é não a sua, mas a universal conversibilidade “em cifras”, essa condição para a existência de tudo.

Ora, para Castells (1983, p. 23), o domínio da indústria sobre a organização do espaço urbano “não é um fato tecnológico, mas a expressão da lógica capitalista que está na base da industrialização”. De fato, a Revolução Industrial

não pode ser reduzida a uma revolução nos meios de produção, à introdução de um novo meio – a máquina –, mas abrange também uma revolução no próprio modo de produção. Embora tenha antecedentes nos séculos anteriores, é no século XVIII, com a indústria, que se corporifica o modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção: o capitalismo.

Hobsbawm (1978, p. 33) afirma que não é o crescimento econômico acelerado o fenômeno que configura a Revolução Industrial, mas, sim, o fenômeno em virtude de que tal aceleração ocorre, qual seja, o de transformação econômica e social: o que é extraordinário não é o aumento de produção que se verifica em Birmingham, mas o aumento de produção que se verifica em Manchester, pois é este, e não aquele, que se dá através de um novo modo de produzir. Para o autor, “no final do século XVIII, essa transformação econômica e social ocorreu numa economia capitalista, e através dela”.

Para que Manchester produzisse “mais de uma maneira obviamente revolucionária”, foi preciso que se operasse uma transformação: é a dissolução das relações pré-capitalistas de produção que prepara as condições necessárias à corporificação das relações capitalistas de produção (Cf. Marx (cit. p/Quaini, 1979, p. 105).<sup>2</sup> Se a pré-história do capitalismo corresponde ao processo de separação do produtor dos meios de produção, parece lógico que, para que as ve-

maneira antiga, que levou os observadores da época a falarem numa revolução industrial e, sim, Manchester, uma cidade que produzia mais de uma maneira obviamente revolucionária”. De fato, não se poderia dizer que a indústria movia-se lentamente para a Manchester de Engels: o fenômeno cujos ecos na cidade esse observador da época descreve não é uma evolução, mas a Revolução Industrial, expressão, até onde se sabe, cunhada pelo próprio Engels. (Cf. Iglésias, 1981, p. 17)

Em *As revoluções burguesas*, Hobsbawm (cit. p/Iglésias, 1981, p. 19) defende a expressão: “se a súbita, qualitativa e fundamental transformação verificada (...) não foi uma revolução, a palavra carece de significado sensato”.

Da mesma forma, se Manchester e Coketown não são típicos exemplares da urbanização industrial, ambas o são de sua face revolucionária, esta que, justamente por ser revolucionária, pareceu ser a Engels e a Dickens a mais representativa.

<sup>2</sup> Ver também Castells, 1983, p. 23 e Lefebvre, 1969, p. 13.

lhas relações de produção fossem dissolvidas, teriam que se dissolver também as velhas relações de propriedade: não é o capitalismo o modo de produção em que a propriedade privada do capital concentra-se nas mãos de uma classe? A dissolução das relações de propriedade pré-capitalistas vai significar, no entanto, muito mais do que um pressuposto histórico: a nova relação que surge a partir daí “permanece a base constante do modo de produção capitalista”. (Marx, cit. p/Quaini, 1979, p. 119)

Mas como se opera essa transformação das relações de propriedade – especificamente no que se refere à propriedade fundiária –, na e através da economia capitalista?

“A forma sob a qual o modo de produção capitalista no seu início encontra a propriedade fundiária não lhe corresponde”, escreve Marx (cit. p/Quaini, 1979, p. 119). “Ele mesmo”, continua o autor, “cria a forma adequada, subordinando a agricultura ao capital, e deste modo também a propriedade fundiária feudal, a propriedade do clã, a pequena propriedade dos camponeses combinada com o regime comunal, apesar da disparidade de suas formas jurídicas, são transformadas na forma econômica correspondente a este modo de produção”.

Tratava-se, então, de separar o produtor – o camponês – do meio de produção – a terra –, de expropriar a propriedade comum para que esta fosse apropriada como propriedade privada. Na Inglaterra, os *enclosure acts* – instrumentos jurídicos que remontam ao século XVII mas se generalizam no XVIII, quando são aprovados aos milhares pelo Parlamento – vão significar “o remanejamento dos campos antes comuns

ou abertos, e sua transformação em unidades fundiárias particulares e fechadas, ou a divisão de terras antes comuns, mas não cultivadas (bosques, pastagens, terras abandonadas etc.) em propriedade privada”. (Hobsbawm, 1978, p. 93)<sup>3</sup>

Quaini (1979, p. 108) coloca que a “expropriação da população” rural vai-se realizar, então, através dos seguintes métodos: “dissolução das cortes feudais, roubo da propriedade comum, alienação fraudulenta das terras do Estado, roubo dos bens eclesiásticos, transformação usurpatória da propriedade feudal e dos clãs em propriedade privada”.

Da mesma forma que o servo torna-se livre para vender a sua força de trabalho – um outro aspecto da dissolução da sociedade feudal que, ao lado da alienação do produtor dos meios de produção, Marx considera condição necessária à criação da relação capitalista –, a libertação da terra das relações de propriedade pré-capitalistas, a sua demarcação como propriedade privada vão possibilitar o seu ingresso no mercado. Assim como o trabalho, também a terra converte-se, na e através da economia capitalista, em mercadoria.

E, uma vez transformada a terra em algo que pode ser comprado e vendido, ela seria comprada por uma classe – a que dispõe de meios para tanto – e vendida por outra – a que dispõe apenas do objeto de troca. Enquanto capital, a terra teria que se concentrar nas mãos de uma classe “de homens estimulados pela razão, isto é, pelos seus próprios interesses e pelo lucro” (Hobsbawm, 1979, p. 168). E aquilo de que esses homens usufruem não é mais a terra, mas a ren-

<sup>3</sup> Sobre os *enclosure acts*, ver: Hobsbawm, 1978, p. 93-96 (“Lei do Cercamento”); Deane, 1975, p. 55-60 (“Encerramento”) e Benévolo, 1981, p. 14 (“Emparcelamento ou Vedação”).

da da terra, sob a forma de juro de seu capital.

Essas três operações – a terra torna-se propriedade, a terra torna-se mercadoria, a terra torna-se capital –, em conjunto, vão transformar a terra na forma econômica correspondente ao modo de produção capitalista, nas palavras de Marx (cit. p/ Quaini, 1979, p. 136), uma “forma puramente econômica”.

Nada disso seria concebível, porém, se paralelamente a Revolução Francesa não houvesse deflagrado uma outra transformação – esta, política e ideológica – na velha Europa Ocidental. O que daria unidade a esse movimento e, por conseguinte, determinaria sua eficiência em propagar-se, seria a coerência do grupo que o promoveu – a burguesia – e o caráter consensual de suas idéias – o liberalismo clássico. Se o estado liberal é aquele que garante ao indivíduo direitos e liberdades inalienáveis, especialmente o direito de propriedade, o que dizer da economia liberal? “Na economia liberal clássica”, escreve Hobsbawm (1978, p. 210), “o objetivo da intervenção (governamental) consiste em criar e manter as melhores condições para o capitalismo, que é visto como um sistema regulador e em auto-expansão que tende a maximizar a riqueza da nação”.<sup>4</sup>

Pensa-se, então, que se deve caminhar para um “ordenamento natural da economia e da sociedade”, o qual imagina-se poder atingir removendo-se “as estruturas da sociedade tradicional – os privilégios políticos de origem feudal,

o ordenamento corporativo da economia, as limitações políticas à liberdade dos negócios” (Benévolo, 1976, p. 26), esses obstáculos artificiais, posto que não pertencentes à “natureza” do capitalismo.

Quando a propriedade fundiária adquire sua forma puramente econômica, afirma Marx (cit. p/ Quaini, 1979, p. 67), ela o faz desnudando-se, “despojando-se de todas suas roupagens e de todos seus vínculos políticos e sociais anteriores”. Assim, removidos os obstáculos artificiais, a terra toma a sua forma natural, posto que correspondente ao modo de produção capitalista, e essa vai caracterizar-se pela predominância do valor de troca sobre o valor de uso.<sup>5</sup>

“Quando a industrialização começa (...)”, afirma Lefebvre (1969, p. 10), “as cidades são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras. A própria cidade é uma obra (e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos). Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é o valor de troca”.<sup>6</sup>

Com a industrialização, então, acirra-se na cidade um conflito entre duas orientações: uma, que preexiste, em direção à obra, e outra, que se corporifica, em direção ao produto. O que se está a exigir é justamente a primazia de uma sobre a outra, do produto sobre a obra, do valor de tro-

<sup>4</sup> A expressão “riqueza da nação” parece se referir ao título do livro publicado em 1776 por um dos precursores da ideologia liberal, Adam Smith: *Inquiry into the nature and the course of the wealth of nations*.

<sup>5</sup> As expressões “valor de uso” e “valor de troca” são assim definidas no *Dicionário do pensamento marxista* [Bottomore (Ed.), 1983, p. 401]: “Como a mercadoria é um produto que é trocado, aparece como unidade de dois aspectos diferentes: sua utilidade para o usuário, que é o que lhe permite ser objeto de uma troca, e seu poder de obter certas quantidades de outras mercadorias nessa troca. Ao primeiro aspecto, os economistas políticos clássicos chamavam valor de uso; ao segundo, valor de troca”.

<sup>6</sup> Para Lefebvre (1969, p. 31), em relação ao espaço urbano, o valor de uso é “a cidade e a vida urbana, o tempo urbano” e o valor de troca “os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos”.

ca sobre o valor de uso (Cf. Gottdiener, 1993, p. 164).<sup>7</sup> Essa primazia – uma operação de abstração que substitui a produção de obras pela produção de produtos, a produção orientada para o uso pela produção orientada para a troca – vai introduzir na cidade um elemento de instabilidade. (Cf. Hohenberg e Lees, 1985, p. 292, trad. autor)<sup>8</sup>

Seguramente, pelo menos no que se refere aos resultados de sua aplicação – a apropriação da terra como propriedade privada –, os métodos de expropriação da propriedade fundiária urbana não se diferenciam muito daqueles relacionados por Quaini.<sup>9</sup> “A terra fugiu a qualquer espécie de controle comunal”, anuncia Mumford (1982, p. 452). Essa fuga vai iniciar-se com a transformação da posse feudal – “toda a terra tinha escapado à detenção feudal”, afirma Mumford (1982, p. 451) – e da propriedade pública – “o Estado e os demais entes públicos alienam quase em toda parte seus domínios”, afirma Benévolo (1976, p. 360) – em propriedade privada.

Na Inglaterra, as demarcações dos campos comuns ou abertos parecem estender seus efeitos também sobre a cidade, na medida em que o crescimento desta vai-se dar não só pela densificação da área urbanizada, mas também pela expansão espacial dessa área em direção ao

campo. Benévolo (1981, p. 19, Fig. 3) ilustra o fato de que o loteamento privado de parte da periferia de Nottingham acompanha o traçado das demarcações. Em algumas cidades inglesas, dentre as quais Londres, porém, “grande parte da terra se achava sob propriedade feudal, de direito a longo prazo” (Mumford, 1982, p. 453):<sup>10</sup> o que se vai comercializar aí, então, não é a terra propriamente dita, mas o direito sobre ela.<sup>11</sup>

Em relação à maneira através da qual os entes públicos alienam-se de seus domínios, Benévolo (1976, p. 71) comenta que: “Já em 1776,<sup>12</sup> Adam Smith aconselhava aos governos que vendessem seus terrenos para saldarem seus débitos”. Embora não afirme expressamente que tal conselho tenha sido aceito sem reservas, na frase seguinte o autor afirma: “assim, em muitas cidades as áreas construíveis caem sob controle exclusivo da especulação privada”. Quanto aos bens da Igreja, estes vinham sofrendo um processo de secularização desde a Reforma, no século XVI. Esses métodos corresponderiam aos relacionados por Quaini (1979, p. 108) como “alienação fraudulenta das terras do estado e roubo dos bens eclesiásticos”.

Mumford (1982, p. 452) vai apontar o século XVI como “o ponto definitivo de decisão” dessa conversão em propriedade privada daquilo que era de posse feudal ou de propriedade pública.

<sup>7</sup> Cf. Quaini, 1979, p. 67. De acordo com o autor, “somente na base da produção capitalista a mercadoria pode se generalizar e o valor de uso ser universalmente mediado pela troca”.

<sup>8</sup> Segundo os autores, “essa tendência para a instabilidade é inerente aos mecanismos do mercado”.

<sup>9</sup> Não obstante as diferenciações óbvias de significação entre a propriedade da terra para o camponês e para o operário, tanto quanto o camponês, o operário é um *expropriado*. “O porão do pobre é uma habitação hostil (...), que ele não pode considerar como seu lar, onde possa finalmente dizer: aqui estou em minha casa; onde ele, ao contrário, se encontra em casa de outros, numa casa alheia, de alguém que está diariamente à espreita e o põe para fora, se ele não pagar o aluguel”, constata Marx (cit. p/ Quaini, 1979, p. 143).

<sup>10</sup> Segundo o autor (Mumford, 1982, p. 451), esse longo prazo variaria de 99 a 999 anos.

<sup>11</sup> Cf. Engels, cit./Benévolo, 1983, p. 566. De acordo com o autor, os “construtores de casas de aluguel para operários, em parte para não diminuir os lucros que lhes derivam dos alugueis, em parte porque se aproxima o momento de restituição do terreno onde surgem as construções, gastam pouco ou nada em reparos”. Com a comercialização do direito sobre o terreno, o prazo de 99 a 999 anos começa a ser usufruído de forma diferente.

<sup>12</sup> 1776 é o ano de publicação de *Inquiry into the nature and courses of the wealth of nations*.

Um século antes dos primeiros *enclosure acts*, portanto, a cidade já se via envolvida no processo descrito. A sua generalização, porém, tanto quanto a dos *enclosure acts*, vai ocorrer no século XVIII, no momento em que é deflagrada aquela transformação econômica e social que configura a Revolução Industrial. É a partir daí que se pode afirmar, como o fez Benévolo (1976, p. 36, grifos nossos), que “o solo da cidade *praticamente* passa às mãos dos particulares”.

Praticamente não há mais, pois, restrições feudais ou municipais que obstaculizem a conversão da terra urbana em mercadoria: “seu valor no mercado era a expressão de seu único valor”, escreve Mumford (1982, p. 457). A compra e a venda de terrenos na cidade torna-se, então, ilimitada.

O livre mercado de terras urbanas não seria concebível, entretanto, se o edifício não fosse igualmente atraído para o giro da economia capitalista e, tanto quanto a terra, convertido em mercadoria. Quando as autoridades públicas privam-se de suas propriedades fundiárias, elas estão se privando também da possibilidade de intervir diretamente na organização do espaço urbano. Não é apenas essa intervenção direta, porém, que será objeto de renúncia, mas também a indireta: o estado aliena-se em grande parte do controle das atividades urbanas, inclusive da atividade de construção. Tal renúncia decorre não só da obsolescência dos antigos instrumentos de controle face aos novos problemas de organização colocados na cidade,<sup>13</sup> mas tam-

bém e principalmente da obsolescência do próprio controle: a intervenção pública em todo e qualquer setor da economia e da sociedade, e isso inclui o urbanístico, é considerada, então, um obstáculo ao desenvolvimento da empresa capitalista, que, como tal, deve ser removido.

Assim é que, livres das velhas relações de propriedade, livres dos velhos instrumentos de controle público, as áreas construíveis e a atividade de construção submetem-se ao domínio exclusivo da especulação privada. Surge, então, um novo modo de construir, uma nova indústria de construção cujo objetivo único é o lucro máximo (Cf. Hobsbawn, 1978, p. 81; Hohenberg e Lees, 1985, p. 308). Essa nova indústria vai produzir, “às dúzias ou aos montões” (Engels, cit. p/Benévolo, 1983, p. 566), “casas que mal servem para morar (...) desde que ficassem de pé (ao menos temporariamente) e desde que as pessoas que não tinham outra escolha pudessem ser induzidas a ocupá-las”. (Benévolo, 1976, p. 71)

Não são as péssimas condições de conforto e higiene dessas casas – “ninguém importava se eram higiênicas (...), se tinham luz e ar ou se eram absolutamente abafadas”, relata Engels (cit. p/ Benévolo, 1983, p. 566)<sup>14</sup> – que melhor vão simbolizar a conversão do edifício de obra em produto, mas o fato de que muitas delas não tinham sequer alicerces encravados no solo (Cf. Mumford, 1982, p. 499). “O edifício não é mais considerado uma modificação estável, incorporada ao terreno, mas um manufaturado provi-

<sup>13</sup> Benévolo (1983, p. 551) sintetiza os fatores que induziram à colocação desses novos problemas de organização na cidade: o aumento da população e o aumento da produção. A sua influência mútua determinaria a sua convergência para a cidade, onde se concentram a população e os estabelecimentos industriais e cujo crescimento atinge uma proporção e um ritmo jamais vistos antes.

<sup>14</sup> Sobre as péssimas condições ambientais dessas casas, ver também Benévolo, 1983, p. 566 e Mumford, 1982, p. 499-500. De acordo com Benévolo (1976, p. 71), a maior parte dos seus ocupantes sempre morou em casas com essas condições.

sório, que pode ser substituído mais tarde por outro manufaturado, constata Benévolo". (1983, p. 552)<sup>15</sup>

Enquanto o edifício era construído para permanecer, enquanto encravava-se no solo e este, por sua vez, era empregado de maneira estável, o valor de ambos era indissociável. Quando se passa a considerar o edifício como algo que pode ser substituído, porém, ocorre uma dissociação: o valor do terreno torna-se independente. Isso significa que o valor do terreno edificado vai variar não mais conjuntamente com algo que se incorporava a ele, que se encravava nele, pois não é mais essa a feição do edifício, mas unicamente "de acordo com as circunstâncias" (Benévolo, 1976, p. 36),<sup>16</sup> tal como o valor do terreno edificável. Mas, qual o valor de uso de um terreno? Que utilidade para o usuário pode ter um terreno edificável senão o de ser edificado? Quando o valor de uso do terreno passa a ser mediado pelo seu valor de troca, o edifício passa a ser mediado pelo terreno. Um outro efeito daquela dissociação entre terreno e edifício é uma nova forma de associação: "o valor potencial do terreno, face a uma possível transformação, torna-se uma medida de suma importância para julgar a conveniência econômica do edifício que o recebe, e quanto mais rapidamente varia o valor do terreno, mais curto se torna o ciclo econômico e a própria vida do edifício, explica Benévolo". (1976, p. 36)

Ocorre que, mais do que nunca, a modificação das circunstâncias a que se vincula o valor do terreno era uma possibilidade. Tal a dinâmi-

ca de transformação do espaço organizado sob o domínio da indústria:

*(...) são construídas estradas mais amplas, canais mais largos e profundos, e cresce rapidamente o desenvolvimento das vias de transporte por água e por terra; o aumento da população e as migrações de lugar para lugar requerem a construção de novas casas, em número jamais visto até agora; o crescimento das cidades requer implementos cada vez mais extensos e capazes; o aumento das funções públicas requer edifícios públicos mais amplos, enquanto a multiplicação das tarefas e o impulso dado pelas especializações requerem tipos de edificação sempre novos. A economia industrial não seria concebível sem um novo aparelhamento de edifícios e de instalações novas – fábricas, lojas, depósitos, portos – que devem ser construídas em tempo relativamente curto. (Benévolo, 1976, p. 35-36)*

É esse domínio – do desenvolvimento, do aumento, do crescimento, da multiplicação, da novidade, do "tempo relativamente curto" – o meio de expressão ideal para a lógica capitalista. Quanto maiores as possibilidades de transformação da cidade – ou das circunstâncias que determinam o valor da terra urbana – maiores as possibilidades de variação desse valor, maiores as possibilidades de limitação da duração do edifício, maiores as possibilidades de transformação da cidade.

Um relatório elaborado à época para os Comissários de Bosques e Florestas da Inglaterra observa que "as causas artificiais da ampliação da cidade são as especulações dos construtores, encorajados e promovidos por mercadores que negociam com materiais de construção e advo-

<sup>15</sup> Sobre essa transformação do edifício em um manufaturado substituível, ver também Mumford, 1982, p. 449.

<sup>16</sup> Para Hohenberg e Lees (1985, p. 291), o que determina o valor do terreno é a sua localização, sendo, portanto, algo puramente relativo, dependente de acontecimentos externos ao próprio terreno e não algo absoluto, derivado de uma qualidade intrínseca a ele. Para Benévolo (1983, p. 522), os "requisitos econômicos do terreno como um bem independente" vão ser "devidos à posição, à procura, aos vínculos regulamentares, etc."

gados com clientes endinheirados” (Nash, cit. p/ Mumford, 1982, p. 465). A orientação para a troca vai-se expressar ainda em uma outra forma de crescimento: a densificação, “a intensificação progressiva do uso (do solo), tendo em vista atender às necessidades dos negócios em expansão e aos crescentes valores dos terrenos”. (Mumford, 1982, p. 459)

Se a cidade é “tratada não como uma instituição pública, mas como uma aventura comercial privada, a ser afeiçoada de qualquer modo que pudesse aumentar a rotatividade e fazer subir ainda mais os valores dos terrenos” (Mumford, 1982, p. 459), não há mais estabilidade possível: nenhuma transformação leva a um novo equilíbrio, mas a outras transformações.

“Todas as relações fixas, imobilizadas, com sua aura de idéias e opiniões veneráveis, são descartadas; todas as novas relações, recém-formadas, tornam-se obsoletas antes que se ossifiquem”, escreve Marx (cit. p/Berman, 1986, p. 93) ao caracterizar a aventura burguesa. Quando a terra urbana e o edifício, nas palavras de Lefebvre (1969, p. 21), “entram para a troca e o valor de troca”, o giro da economia capitalista impõe-se à cidade, e se também ela, como vaticinara Dickens, somente é quando figura em cifras, também ela pode-se tornar obsoleta antes que se ossifique.<sup>17</sup>

## A VELHA PARIS NÃO EXISTE MAIS

Em meados do século XIX, Paris tem um milhão de habitantes, o dobro do contingente que

abriga à época da Revolução Francesa. Nos distritos mais antigos, as densidades atingem 1.000 hab./ha. O plano ferroviário aprovado em 1842 transformara a cidade no ponto de convergência de um sistema radial de linhas principais. As estações, localizadas nas extremidades do núcleo central, exigem das vias públicas – cuja largura não ultrapassa os 10m e onde o trânsito de passagem é constantemente detido pelo local – um desempenho muito além da sua capacidade. “Paris estava ameaçada de se tornar inabitável (...) As pessoas sufocavam nas antigas ruelas, tortuosas e estreitas”, escreve então Du Camp. (cit. p/Benjamin, 1989, p. 85)

Embora o processo de industrialização na França dê-se inicialmente num ritmo mais lento, “as condições higiênicas das grandes cidades e dos aglomerados industriais eram em 1840 tão alarmantes quanto as verificadas na Inglaterra” (Benévolo, 1981, p. 103).<sup>18</sup> Em 1845, com base em inquéritos realizados anteriormente, Engels publica *A situação da classe operária na Inglaterra*. Cinco anos antes, publicava-se o primeiro relatório sobre as condições de vida dos operários franceses: *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers*. Nesses e em outros relatórios divulgados na época, as expressões empregadas para descrever a insalubridade, o congestionamento, a fealdade – a *desordem* – da cidade industrial são sinistramente coincidentes.

Ora, para Castells (1983, p. 23), “a desordem urbana não existe de fato, ela representa a organização espacial proveniente do mercado”. Em 1862, Dostoiévski (cit. p/Berman, 1986, p. 85)

<sup>17</sup> Cf. Lojkine, 1981, p. 142. Para o autor, “não se pode definir a cidade como conjunto de bens individuais, imóveis e duráveis (...), sem logo acrescentar que o sistema capitalista vai procurar dividir, esfacelar esses efeitos”.

<sup>18</sup> Sobre as condições ambientais da cidade industrial, ver também Mumford, 1982, p. 496-513; Benévolo, 1976, p. 74 e Benévolo, 1981, p. 35-36.

escreveria a respeito de Londres: "(...) aquela aparente desordem que é, na verdade, o mais alto grau de ordem burguesa".

A *desordem* só existe, portanto, enquanto representação, enquanto aparência dessa ordem proveniente do mercado, da ordem burguesa. Ou, como afirma Choay (1979, p. 6), é "o inverso de uma ordem nova, de uma nova organização do espaço urbano promovida pela revolução industrial e pelo desenvolvimento da economia capitalista".

Ocorre que a liberdade individual, condição necessária para o desenvolvimento da economia capitalista, não estava se revelando suficiente para regular as transformações da cidade produzidas justamente por esse desenvolvimento. O ilimitado exercício dessa liberdade estava a configurar uma *desordem* intolerável não só para as classes trabalhadoras, mas também para as dominantes. A cólera seria talvez a mais alarmante consequência dessa desordem, posto que a mais irrestrita: a doença vai-se difundir dos bairros populares aos bairros aristocráticos e burgueses em praticamente toda a Europa a partir de 1830. "Como em um grande aquário, a infecção de cada parte infecta rapidamente o conjunto", escreve Benévolo (1976, p. 74). Não se poderia dizer, então, que a infecção da cidade – a *desordem* – estava a ameaçar a ordem capitalista, essa ordem da qual é produto, representação, aparência?

Os movimentos populares que culminam com a Revolução de 1848 constituem, em grande parte, reações à permanência de condições

de vida inaceitáveis.<sup>19</sup> Após 1848, é conduzida ao poder uma nova direita conservadora: Napoleão III, na França; Bismarck, na Alemanha; os novos *tories* dirigidos por Disraeli, na Inglaterra. "Essa nova direita, autoritária e popular", afirma Benévolo (1976, p. 92), "considera ser necessário um controle direto do Estado sobre muitos setores da vida econômica e social". Nesse novo roteiro que se estabelece para a vida econômica e social, a liberdade concedida à iniciativa privada passa a ser ao mesmo tempo limitada e garantida pela administração pública.<sup>20</sup>

Para fixar esse novo limite entre os espaços da administração pública e da iniciativa privada são então elaborados novos instrumentos. No que se refere ao setor urbanístico, as inovações jurídicas e administrativas que se verificam partem sobretudo da constatação dos problemas higiênicos dos aglomerados urbanos. O primeiro *Public Health Act* é aprovado na Inglaterra em 31 de agosto de 1848. Nesse mesmo ano, na França, a Proposta Melun, disciplinando a construção e a manutenção dos alojamentos de aluguel, é apresentada à Assembléia Nacional. A resistência à sua aprovação, porém, só se quebraria após a última epidemia de cólera, em 13 de abril de 1850. Antevendo essa resistência, o presidente da Comissão Auxiliar da Assembléia esclareceria:

*A matéria é delicada (...), o livre uso, a livre disponibilidade dos bens pertencentes ao cidadão exigem o respeito mais rigoroso, pois são as bases primordiais da ordem social. [Todavia, em numerosos casos], o direito e o interesse privado de-*

<sup>19</sup> Para Benévolo (1981, p. 43), essas condições diferem daquelas vividas no ambiente pré-industrial, não pelo seu grau de gravidade – "em todas as épocas existiram misérias equiparáveis e talvez mesmo mais graves do que as descritas por Engels", escreve –, mas pelo fato de que agora elas são inaceitáveis, isto é, são reconhecidas como um mal que pode e deve ser eliminado.

<sup>20</sup> Propostas nesse sentido haviam sido elaboradas nos decênios precedentes, mas o "imperturbado domínio da burguesia liberal" (Benévolo, 1981, p. 103 e 106) havia impedido a concretização de sua grande maioria.

*vem ceder perante o interesse público (...) Nada justifica melhor a propriedade do que a própria lei, que lhe regula e sanciona o exercício.* (Riancey, cit. p/ Benévolo, 1981, p. 107, grifos nossos).

Que ficasse claro, portanto, que, embora coubesse à autoridade pública limitar o exercício da iniciativa privada, seria essa limitação que o justificaria, que o garantiria. A cessão do interesse privado perante o interesse público em numerosos casos é justificável na medida em que é necessária para assegurar, não apenas nesses numerosos casos, mas, *essencialmente*, a propriedade privada, ao mesmo tempo base primordial da ordem social e da ordem econômica capitalista. Não é o propósito da intervenção pública na vida econômica garantir o seu desenvolvimento? Não é somente na medida em que deixa de ser um obstáculo a esse desenvolvimento que a intervenção pública passa a ser admissível? Não seria, então, propósito da intervenção pública no setor urbanístico a eliminação da ameaça ao desenvolvimento da economia capitalista que constitui a *desordem* da cidade?

Em seu décimo terceiro artigo, a Lei Melun autoriza a desapropriação de terrenos localizados em áreas insalubres.

“Quando a insalubridade resulta de causas externas e permanentes, e quando estas causas não se podem remover sem trabalhos de conjunto”, determina, “a Comuna pode adquirir, de acordo com as normas e modalidades da lei de 3 de abril de 1841, a totalidade das propriedades compreendidas no perímetro dos trabalhos”. (Huguenev, cit. p/ Benévolo, 1981, p.108)

Desde 1807, com a lei de 16 de setembro, a desapropriação deixara de ser, na França, uma prerrogativa real. Estabelecia essa lei que as parcelas dos terrenos desapropriados que não houvessem sido estritamente necessárias à realização das obras públicas deveriam ser devolvidas aos seus proprietários originais ou unir-se às propriedades adjacentes. Em troca, seriam cobrados impostos sobre a valorização desses terrenos em função das obras de melhoria nas propriedades vizinhas. Tendo em vista a construção de estradas ferroviárias, é elaborada em 1841 uma nova lei, onde não mais se prevê a cobrança de impostos sobre a valorização de terrenos. Em função das obras de ampliação da Rue de Rivoli, em 1848, entretanto, é acrescentada a essa lei uma cláusula que permite à cidade não só reter os terrenos atingidos parcialmente por essas obras, como revendê-los ao preço de mercado.<sup>21</sup> Esse princípio, mantido na Lei Melun em relação às edificações insalubres, torna-se aplicável a todas as obras viárias de Paris, mediante um decreto-lei de 26 de março de 1852, que autoriza “a desapropriação completa das propriedades que em parte se necessitassem para as obras” (Sutcliffe, 1970, p. 34, trad. autor). Ao permitir que uma parcela dos recursos investidos nessas obras fosse recuperada mediante a venda de terrenos, tal decreto favoreceria consideravelmente a execução dos *grands travaux*, o conjunto de determinações técnicas e administrativas formuladas e colocadas em prática pelo Barão Georges Eugène Haussmann, administrador do Sena de 1853 a 1869, e promovidas por Napoleão III logo após subir ao poder.

<sup>21</sup> A “contribuição de melhoria” que desaparece em 1841, no estado liberal, é restituída de forma inovadora no estado pós-liberal: permite-se, então, que, mediante a venda de terrenos, o poder público confisque o aumento do valor dos terrenos localizados no perímetro das obras e recupere uma parcela dos recursos nelas investidos.

Para Sutcliffe (1970, p. 35, trad. autor), seria errôneo pretender isolar um único motivo dominante para a reforma de Paris.<sup>22</sup> O seu objetivo fundamental, entretanto, seria “modernizar” a cidade e “adaptá-la às necessidades de um rápido crescimento da população e da economia”.<sup>23</sup> Para tanto, seria necessário libertá-la da estrutura a que estava confinada, seria necessário que a velha Paris deixasse de existir:

*A velha Paris compreendia 384 quilômetros de ruas no centro e 355 nos subúrbios; ele (Haussmann) abre no centro 95 quilômetros de ruas novas (suprimindo 49) e, na periferia, 70 quilômetros (suprimindo 5). O núcleo medieval é cortado em todos os sentidos, destruindo muitos dos antigos bairros (...) Na prática, Haussmann sobrepõe ao corpo da antiga cidade uma nova malha de ruas largas e retilíneas. (Benévolo, 1976, p. 98)<sup>24</sup>*

“Há uma tensão perpétua entre necessidades em transformação e a paisagem urbana herdada do passado”, escrevem Hohenberg e Lees (1985, p. 291, trad. autor). “O processo de fragmentação das estruturas antigas é encontrado

ao longo de toda a história a partir das transformações econômicas das sociedades, escreve Choay” (1979, p. 16). Porém, até o momento em que essas transformações passam a se dar na e através da economia capitalista, a velocidade com que ocorriam era tão pequena que a tensão entre elas e a paisagem urbana herdada do passado, ainda que se perpetuasse, não era significativa. Choay (1979, p. 16) identifica esse momento como o de rompimento dos “velhos quadros justapostos da cidade medieval e da cidade barroca”. Até então, “a cidade mudava tão lentamente, que podia considerar-se imutável por tempo indefinido”, relata Benévolo (1981, p. 24). Até então, os velhos quadros justapunham-se: a (trans)formação da cidade dava-se num lento processo de sedimentação e acumulação de camadas.

Quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade, entretanto, “o poder solvente do dinheiro acelera a sucessão de usos da terra e as forças do desenvolvimento econômico aniquilam o legado físico do passado” (Hohenberg e Lees, 1985, p. 298, trad. autor). Se aquilo que é

<sup>22</sup> Benévolo (1976, p. 92-96) enumera os “motivos do ordenamento de Paris”:

- em primeiro lugar, o papel que a urbanística passa a representar no novo ciclo de reformas iniciado após a Revolução de 1848, transformando-se em um dos mais eficazes instrumentos de poder;
- em segundo, o interesse direto de Luís Napoleão na execução dos “grands travaux”, aos quais atribui a responsabilidade de reforçar a sua popularidade e de dificultar futuras revoluções (se os movimentos revolucionários nascem dos bairros da velha Paris, é preciso demolir as antigas ruelas, estreitas e tortuosas, propícias às barricadas, e substituí-las por novas artérias, largas e retilíneas, propícias aos movimentos das tropas);
- em terceiro, o fato de que o centro da cidade é cada vez mais claramente incapaz de suportar o peso das transformações engendradas pela industrialização e pelo desenvolvimento da economia capitalista: as altas densidades populacionais, o congestionamento do tráfego, a insalubridade.

As obras executadas por Haussmann são divididas pelo autor (1976, p. 98-100) em cinco categorias:

- as obras viárias, que incluem o traçado de novas redes viárias na periferia e a abertura de novas artérias nos antigos bairros;
- a construção de edifícios públicos nos novos bairros e nos antigos submetidos às reformas viárias;
- a criação de parques públicos;
- a renovação e a ampliação da infra-estrutura da cidade;
- a modificação da sede administrativa da cidade, com a anexação de onze Comunas, o acréscimo de oito *arrondissements* aos doze existentes, e a descentralização das funções administrativas nas vinte *mairies* correspondentes a cada *arrondissement*.

<sup>23</sup> Nesse sentido, afirma Choay (1979, p. 4), “Haussmann, no desejo de adaptar Paris às exigências econômicas e sociais do IIº Império, faz uma obra realista”. Para Harvey (1985, p. 73, trad. autor), “ele organizou a estrutura espacial da vida social e econômica na capital”.

<sup>24</sup> A destruição dos antigos bairros pode ser justificada pela necessidade de abertura de grandes vias, mas viria ao encontro também do desejo de arrasar os *slums*, focos a um só tempo de pobreza, de doenças e de revoltas. (Cf. Sutcliffe, 1970, p. 37-39)

novo torna-se obsoleto antes que se ossifique, o que dizer daquilo que já se ossificou? A rápida transformação dos meios de produção e transporte, a emergência de novas funções urbanas condenam à obsolescência a cidade tradicional. Quando referido, o substantivo *Paris* agora se faz acompanhar do adjetivo *velha*: a cidade envelheceu e, se envelheceu, não deve mais existir. “A velha Paris não existe mais”, observa Baudelaire. (1985, p. 325)

A instabilidade atinge também as estruturas antigas. Se as novas passam a ser concebidas como efêmeras, aquelas construídas para sobreviver aos séculos, na medida em que se interpõem no caminho do crescimento da cidade – e da economia – devem ser removidas. “Não importa o quanto pudessem ser veneráveis aqueles velhos usos, ou o quanto fossem salutar para a existência da própria cidade, eram sacrificados ao tráfego rápido ou ao ganho financeiro”, assinala Mumford (1982, p. 449). Qual é o valor de troca de uma velha edificação, agora que esse valor passa a ser mediado pelo valor potencial do terreno onde se encrava? Agora que os usos se devem suceder num ritmo acelerado, agora que o valor do terreno deve variar rapidamente, uma velha edificação é economicamente conveniente somente para a demolição. O que vale um velho uso? Nada. É o aniquilamento físico da velha edificação que permite ao terreno potencializar o seu valor. A tensão entre o “tráfego rápido, o ganho financeiro e os velhos usos”, entre necessidades em transformação e a herança do passado cresce na mesma proporção com que se acirra na cidade o conflito entre

aquelas duas orientações: uma, que se corporifica, em direção ao produto, e outra, que preexiste, em direção à obra.<sup>25</sup>

Em seu plano, o Barão de Haussmann respeitou todos os grandes monumentos da cidade, mas a arquitetura “doméstica, sem reconhecimento, por mais antiga que fosse” era considerada por ele “adequada apenas para a demolição ou para se esconder detrás das fachadas regulares das novas vias”, afirma Sutcliffe (1970, p. 188, trad. autor). Para a construção do Boulevard Saint-Michel, exemplifica Mumford (1982, p. 420), “rasgou o coração do antigo Quartier Latin, que tinha sido uma entidade autônoma desde a Idade Média. E adotou o mais simples de todos os métodos de melhorar uma porção dele: apagou-o por completo (...), sacrificando às linhas retas, às largas avenidas, ao movimento desimpedido dos veículos, o caráter histórico específico de um bairro e todas as complexas necessidades e finalidades humanas a que servia”.

Haussmann sempre tratou de assegurar que as novas vias culminassem em um “edifício grande ou belo” (Sutcliffe, 1970, p. 39, trad. autor). “O ideal urbanístico de Haussmann”, escreve Benjamin (1985, p. 41), “eram as visões em perspectiva através de longas séries de ruas. Isso corresponde à tendência que sempre de novo se pode observar no século XIX, no sentido de enobrecer necessidades técnicas fazendo delas objetivos artísticos”. Ora, para Lefebvre (1993, p. 312), o domínio visual-espacial é responsável pela redução do espaço de tempos passados, aquele da natureza e aquele da história, o

<sup>25</sup> No caso de Paris, em função das proporções dos *grands travaux*, a tensão entre o *tráfego rápido* e os *velhos usos* cresceu mais do que a tensão entre o *ganho financeiro* e os *velhos usos*: “(a cidade) destruiu muito mais edifícios antigos do que as empresas privadas”, escreve Sutcliffe. (1970, p. 196, trad. autor)

que significa a destruição do “natural”, bem como da paisagem urbana. Para Mumford (1982, p. 419), foi o engenheiro militar italiano que elaborou “esse hábito de espírito destruidor, hábito que procurava arrasar os obstáculos do terreno, de modo a ter um ponto de partida para suas inflexíveis linhas matemáticas (...) No interesse da eficiência mecânica e da conformidade estética exterior, o engenheiro ignorava a estrutura social da cidade”. Como no planejamento barroco, nos *grands travaux* é a figura abstrata que determina o conteúdo social. Nesse sentido, Haussmann faz jus à sua autodenominação: *artista-demolidor*. (Cf. Benjamin, 1985, p. 41)

Ocorre que, de acordo com o projeto haussmanniano de modernização de Paris, os distritos mais antigos deveriam passar a servir a outras necessidades e finalidades e, para tanto, “a não ser demolir



Figura 2 – O artista-demolidor (Benévolo, 1983, p. 590)

todo o centro de Paris, nada mais podia ser feito” (Sutcliffe, 1970, p. 38, trad. autor). A lógica do projeto consistia em que o centro mantivesse e ampliasse suas funções administrativas, comerciais e de serviços, e abandonasse parte de suas funções residenciais e industriais.<sup>26</sup> Para Lefébvre (1969, p. 20), um dos seus sentidos era a expulsão do centro urbano do proletariado que

ali havia penetrado, “morando em pardieiros ou em casas alugadas”.<sup>27</sup> Essa estratégia é assim elaborada pelo administrador (Haussmann, 1857, cit. p/Sutcliffe, 1970, p. 40, trad. autor):

*Com o objetivo de fazer com que os vastos espaços dos extremos da cidade, que seguem sendo improdutivos, sejam acessíveis e habitáveis, o primeiro trabalho foi fazer com que as vias atravessassem a cidade de um lado ao outro mediante a abertura dos distritos centrais.*

É certo que o novo sistema viário possibilitaria a descentralização das funções residenciais, mas o que, de fato, determinaria a expulsão do centro da função residencial especificamente em relação à classe trabalhadora?

Antes que se iniciassem os *grands travaux*, o mercado de terras em Paris era dominado por pequenos proprietários, lojistas e artesãos em sua maioria, os quais detinham, no máximo, duas propriedades de dimensões reduzidas. A propriedade da terra, em si, era vista mais como uma forma segura de obtenção de uma pequena renda ou como valor de uso, no caso dos lojistas, do que como uma possibilidade de circulação produtiva do capital. Com a execução das obras, entretanto, esse padrão se modificaria: “assim que a renovação chegava, o preço da terra se elevava”, constata Harvey (1985, p. 85, trad. autor). À medida que as demolições avançavam, aumentava a possibilidade de o capital – a terra – circular produtivamente. O salto do valor dos terrenos localizados ao longo do Boulevard Sebastopol, de 25 francos/m<sup>2</sup> em 1850, para 1.000 francos/m<sup>2</sup> em 1857, ilustra bem esse fato. A especulação, antes “restrita, fortuita e pequena em

<sup>26</sup> Para Sutcliffe (1970, p. 40, trad. autor), o administrador compreendia o papel-chave que o centro representaria “em uma Paris engrandecida”.

<sup>27</sup> Sobre os mecanismos de expulsão da função industrial da área central de Paris, ver Harvey, 1985, p. 119-121.

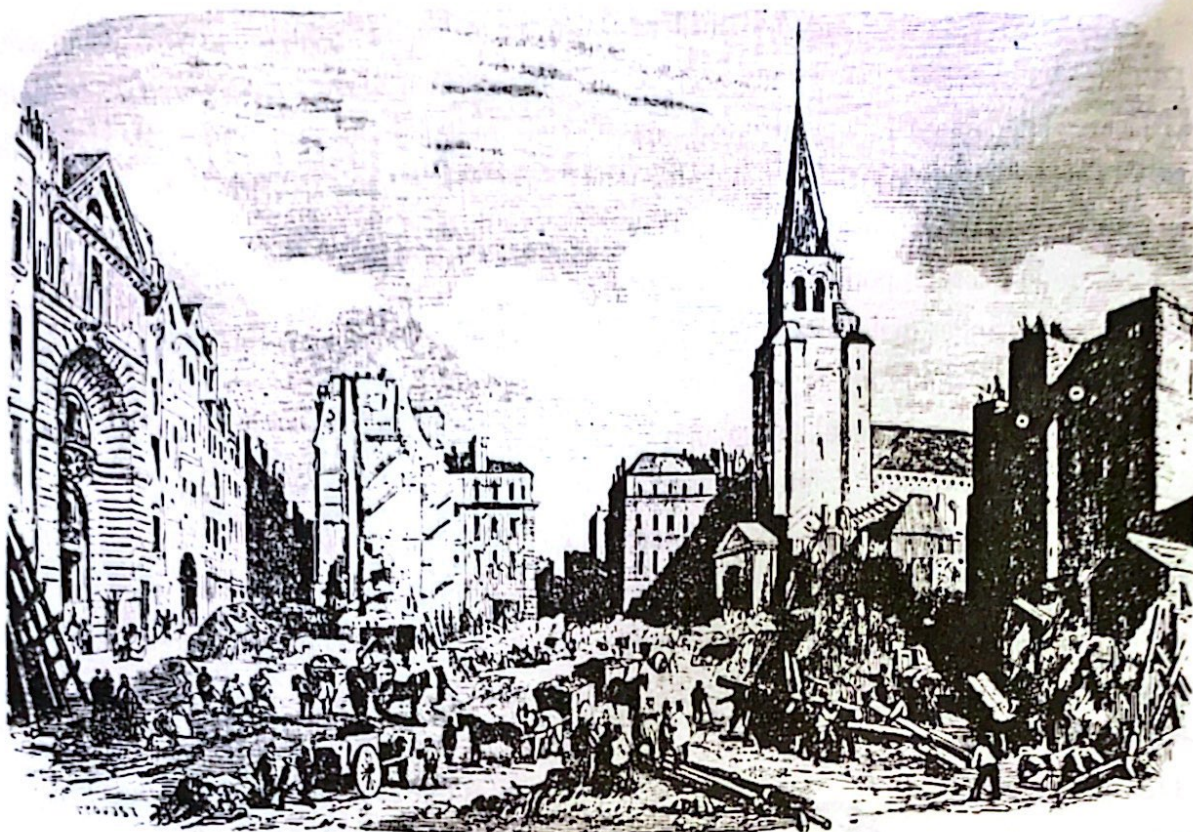


Figura 3 – A não ser demolir todo o centro de Paris, nada mais podia ser feito. Gravura publicada em *L'Illustration*, em 1868, onde se vêem as demolições para a abertura da Rue de Rennes. À direita, vê-se a Igreja de Saint-Germain-des-Prés. (Benévolo, 1983, p. 591)

escala”, transformara-se em um “negócio ativo”, denuncia Harvey. (1985, p. 86 e 93, trad. autor)<sup>28</sup>

Parece ser a atividade desse “negócio” o que levou os proprietários a reivindicarem o direito sobre os terrenos incluídos no perímetro das obras que não se houvessem incorporado ao espaço público, direito esse que o decreto de 1852 reservara à cidade. Em dezembro de 1858, o Conselho de Estado, último tribunal de apelação administrativa da França e vigilante protetor dos direitos individuais, modifica a aplicação desse decreto, atendendo à reivindicação. A partir de então, as áreas construíveis, uma vez renovadas, seriam restituídas aos seus antigos proprietários, o que significa que o aumento do

valor determinado pelas obras de renovação seria confiscado por esses e não mais pela Comunidade.

Essa superposição do interesse privado ao interesse público é propiciada pelo estado, cuja intervenção dá-se claramente no sentido de corresponder às exigências de uma fração do capital. A consolidação da aliança entre os proprietários e o Império, entre o capital e o estado, contribuiria para a corporificação da orientação em direção ao produto. Quando o estado intervém claramente no sentido de se adequar às exigências do capital (e não era esse fundamentalmente o objetivo da reforma de Paris: adequá-la a essas exigências?) não há superposi-

<sup>28</sup> Harvey (1985, p. 84) demonstra que, em 1880, os lojistas e artesãos, que em 1840 detinham 50% das propriedades em Paris, passam a deter apenas 13,6%, enquanto um novo grupo social auto-denominado “proprietários de terra” detém 53,6%. Essa modificação no padrão de distribuição das propriedades expressa bem a conversão da forma tradicional de propriedade à forma correspondente ao modo de produção capitalista.

ção de interesses, mas coincidência. Embora lamentasse a decisão do Conselho como sendo injusta, Haussmann não deixaria de, segundo Lefebvre (1969, p. 21), “estender em torno da cidade a mobilização da riqueza da terra, a entrada do solo e do alojamento, sem restrição, para a troca e o valor de troca. Com as implicações especulativas”.

Para Harvey (1985, p. 87-89, trad. autor), enquanto a cidade capturara o aumento do valor dos terrenos derivado dos seus próprios investimentos, ela mesma se tornara “o maior especulador de todos”. Uma das mostras de gênio de Haussmann seria a sua visão clara de que, se Paris tinha que ser transformada e modernizada, novas práticas de propriedade da terra teriam que ser mobilizadas. “Foi, em resumo”, observa o autor, “a forma capitalista de propriedade privada da terra que Haussmann encorajou (...): o que ele tinha em mente era uma forma de competição monopolista bem organizada”.

O controle público sobre a produção do espaço urbano não é capaz de eliminar a *desordem*, na medida em que o estado coloca-se a favor da ordem econômica que ela representa. Na verdade, a *desordem* não pode ser eliminada enquanto a ordem que ela representa persistir, por menos funcional que a primeira possa ser em relação à última. “Os padrões sócio-espaciais são mais o produto de processos contraditórios, contenciosos, do desenvolvimento capitalista que necessariamente funcionais para o capitalismo”, afirma Gottdiener (1985, p. 268). No panfleto **Contribuição ao problema da habitação**, publicado em 1872, Engels comenta a propósito do “método chamado ‘Haussmann’ (...): refiro-me à prática, hoje generalizada, de

abrir grandes brechas nas vizinhanças operárias das nossas grandes cidades, especialmente nas regiões centrais (...), o resultado é o mesmo em toda parte: os becos e alamedas mais comprometedoras desaparecem, para dar lugar à auto-glorificação da burguesia, como crédito de seu tremendo sucesso – mas reaparecem logo adiante, muitas vezes no bairro adjacente”. (Engels, cit. p/Berman, 1986, p. 149)



Figura 4 – O dono da casa: “Ótimo! Estão derrubando outra casa. Aumentarei o aluguel de todos os meus inquilinos em 200 francos”. (Benévolo, 1983, p. 590)

Além da simples demolição dos *pardieiros* e das *casas alugadas*, o que determina a expulsão do centro urbano do proletariado é o processo especulativo, que “ocasiona a competição entre diferentes tipos de usuários” (Harvey, 1985, p. 95, trad. autor). Para dar lugar à burguesia, os operários deveriam desaparecer do centro de Paris: o novo sistema viário reorganiza os valores dos terrenos na cidade, gerando uma gradação vertiginosa das áreas centrais para as áreas periféricas.<sup>29</sup> A valorização dos terrenos no centro resulta em uma elevação dos aluguéis que empurra para a periferia os operários. A avenida não é propícia apenas ao movimento das tro-

<sup>29</sup> Nessas, ainda era possível, em 1870, adquirir um terreno no preço de 15 a 30 francos/m<sup>2</sup>. (Cf. Harvey, 1985, p. 87)

pas, ao descongestionamento do tráfego, à descentralização das funções urbanas: “com o seu desenvolvimento”, esclarece Mumford (1982, p. 202), “a dissociação entre as classes superiores e inferiores toma forma na própria cidade”.

Essa dissociação Baudelaire (1976, p. 70-71, grifos nossos) expressa em **Os olhos dos pobres**:

*Ao anoitecer, um pouco fatigada, você desejou sentar-se diante de um café novo, na esquina de um novo bulevar que, ainda cheio de entulho, já ostentava glorioso os seus esplendores inacabados. O café resplandecia. O próprio gás mostrava ali todo o calor de uma estréia, e alumia com todas as forças as paredes de uma brancura cegante, as toalhas rutilantes dos espelhos, os ouros dos astrágalos e das cornijas, os pajens de faces rechonchudas levados de rastos pelos cães atrelados, as damas rindo ao falcão encarapitado em seu punho, as ninfas e as deusas trazendo à cabeça frutas, pastéis e caças, as Hebes e os Ganimedes apresentando, de braço estendido, a pequena ânfora de bavareses ou o obelisco bicolor dos sorvetes mistos: toda a história e toda a mitologia postas a serviço da gula.*

*Na calçada, diante de nós, víamos plantado um pobre homem dos seus quarenta anos, de ar fatigado, barba meio grisalha, que segurava por uma das mãos um menino e trazia no outro braço um pequenino ser ainda muito frágil, incapaz de caminhar. Servindo de ama, fazia os filhos respira-*

*rem o ar da noite. Todos em trapos. Eram três fisionomias extraordinariamente sérias, e seis olhos que contemplavam o novo café com admiração igual, mas diversamente colorida pela idade.*

*Os olhos do pai diziam: — “Como é belo!, como é belo! Dir-se-ia que todo o ouro do pobre mundo foi transportado para estas paredes”. Os olhos do menino: — “Como é belo!, como é belo! Mas é uma casa onde só podem entrar as pessoas que não são como nós”. Os olhos do menorzinho, esses, de tão fascinados, revelavam apenas uma alegria estúpida e profunda.*

A renovação do centro – essa casa onde agora só uns podem entrar – seria acompanhada da sua *gentrificação*<sup>30</sup> e, com esta, da expulsão de grande parte da população operária – essa classe composta de outros, daqueles que não podem entrar – para a periferia da cidade.

Para Lefebvre (1969, p. 22), a expulsão da classe trabalhadora do centro urbano significa, na verdade, a sua expulsão da cidade, da obra.<sup>31</sup> Perrot (1988, p. 101-117) mostra que, no século XIX, os operários reivindicam menos o direito à moradia do que o direito à cidade,<sup>32</sup> e este significa fundamentalmente o direito a uma cidade aberta, o direito à livre utilização do espaço público e o direito ao centro.<sup>33</sup>

Não admire que parte da população operá-

<sup>30</sup> Os termos *gentrification* e *embourgeoisement* são empregados por Harvey (1985, p. 94) para definir o processo de transformação do centro de Paris em um espaço exclusivo.

Embora o Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (Holanda, 1986) não acuse a existência do termo *gentrificação* (tampouco do termo *emburguesamento*), optou-se pelo anglicismo, dada a sua expressividade: *gentry* é a denominação atribuída a quem ocupa uma posição social privilegiada, imediatamente abaixo da nobreza.

<sup>31</sup> Da mesma forma que é o centro que melhor retém o sentido do produto – e isso Haussmann compreendia – é o centro que melhor retém o sentido da obra, e é no centro, portanto, que o conflito entre as duas orientações é mais acirrado.

<sup>32</sup> A cidade os atrai não só como uma possibilidade de ascensão social, mas também como *local de prazeres*: a cidade é um *mercado*, uma *floresta onde se pode caçar furtivamente*, um *teatro de mil galinheiros*, um *espetáculo* (Perrot, 1988, p. 116). Halbwachs (cit. p/ Perrot, 1988, p. 103-104) observa que os itens com que os operários despendem o seu *dinheiro de sobra* têm seu objeto fora do âmbito privado: “sacrificam a moradia em favor das roupas, das distrações, daquilo tudo que os coloca num contato mais estreito com os grupos da rua ou com a sua classe”. Aquilo que lhes importa é frequentar a rua, é frequentar o mercado e a festa, e até o momento em que a sua moradia não se distanciava do centro, uma boa roupa era suficiente para garantir-lhes o acesso a essa frequência.

<sup>33</sup> Um dos sentidos da Comuna de Paris (1871), para Lefebvre (1969, p. 20), “foi o forçoso retorno para o centro urbano dos operários relegados para os subúrbios e periferias”. Sobre esse significado da Comuna, ver também Perrot, 1988, p. 121.

ria recuse-se a emigrar para a periferia, preferindo amontoar-se na região central – “não é raro ver duas famílias agrupadas no estreito espaço de um único quarto (...) consequência do preço dos aluguéis”, informa o Relatório da 5ª Circunscrição (1861, cit. p/ Perrot, 1988, p. 120) – e ainda uma outra porção dessa população instale-se em barracões improvisados nos terrenos baldios e nos espaços livres dos canteiros de demolição. O distanciar-se do *coração*, do *ventre* de Paris é vivenciado por essa população como uma verdadeira deportação. O que há de essencial nisso, comenta Gaillard (cit. p/ Perrot, 1988, p. 120, grifos nossos), é a *polarização persistente exercida pela antiga Paris*.

Os depoentes em um inquérito realizado em 1884 são unânimes em condenar a *haussmannização* da cidade, o “seu criminoso estripamento e a relegação dos operários à periferia” (Perrot, 1988, p. 120). O que se lamenta então é a perda: da mistura de classes, e conseqüentemente da freguesia do bairro – “está longe o tempo em que um operário (...) podia formar uma freguesia em seu bairro” – e do refinamento do gosto – “esse gosto particular que os operários adquiriam vivendo no centro da capital”. (Depoimentos cit. p/Perrot, 1988, p. 120-121)

A estratégia de segregação do plano *haussmanniano* seria responsável pelo recrudescimento da vida urbana da capital. Isolando-se funções, estar-se-ia convertendo o habitar –

“participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade” – em *habitat*,<sup>34</sup> a vida urbana – que “pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver” – em “vida parisiense” (Lefebvre, 1969, p. 19-20), o consumo não produtivo em consumo produtivo do espaço.<sup>35</sup> No conflito entre usuários e consumidores, seriam esses últimos a sair ganhando.

“O povo do século XIX”, observa Perrot (1988, p. 123), “tem o sentimento muito forte de que o espaço público lhe pertence. Tudo o que ele pede”, continua a autora, “é poder utilizá-lo à sua vontade, de modo indiferenciado, capaz de aceitar uma certa desordem. Pois essa desordem, que tanto incomoda os higienistas, os primeiros urbanistas, é favorável a uma flexibilidade, a uma variedade de usos incontrolados”.

Ocorre que, conforme já visto, a *desordem* pode ser favorável ao consumo improdutivo, mas não ao consumo produtivo do espaço. Não é a variedade de usos, mas a especialização funcional que a ordenação de Paris persegue. Não é o encontro e o confronto de usos diferenciados e, portanto, de grupos sociais distintos que essa ordenação pressupõe: “pela circulação dos fluxos e especialização dos espaços o urbanismo canaliza progressivamente a multidão”, conclui Perrot (1988, p. 123).<sup>36</sup> O que essa ordenação persegue e pressupõe não é a diversidade do espaço social, mas a homogeneidade do espaço

<sup>34</sup> Lefebvre (1993, p. 314, trad. autor) refere-se a essa conversão como uma *abstração funcional*, como uma *fragmentação*, como a substituição da residência (*residence*) pela habitação (*housing*).

<sup>35</sup> Cf. Lefebvre, 1993, p. 359, trad. autor. Para o autor, o consumo produtivo do espaço equivale ao “consumo do espaço que produz mais-valia (ex: o espaço dos carros)” e o consumo improdutivo do espaço, ao “consumo do espaço que produz apenas prazer (ex: as áreas verdes)”. O conflito entre ambos traduzir-se-ia no conflito entre consumidores (*capitalist utilizers*) e usuários (*community users*).

<sup>36</sup> Choay (1979, p. 4) chama a atenção para uma das características da nova ordem urbana engendrada pela Revolução Industrial e pelo desenvolvimento da economia capitalista: “a especialização bastante ativada dos setores urbanos”.

Daunton (cit. p/ Hohenberg e Lees, 1985, p. 300, trad. autor) denomina esse processo “privatização do espaço”, o que resulta em que “toda atividade tem de estar localizada em um território específico”.

abstrato.<sup>37</sup>

Quando o Barão de Haussmann quebra o espaço de Paris, na intenção de ordená-lo, não só as antigas ruelas e as velhas casas são atingidas por seu ímpeto destruidor. Igualmente sacrificada em benefício do espaço abstrato – este que “nega o espaço social, o qual sustenta a vida cotidiana e a reprodução das relações sociais” (Lefebvre, cit. p/ Gottdiener, 1985, p. 146, trad. autor) – também a vida urbana sofre, aqui, uma quebra.

O que caracteriza o espaço abstrato é a tendência de absorção do valor de uso pelo valor de troca. Porém, o valor de uso não desaparece, pois é ele quem permite ao espaço ser objeto de uma troca: a polarização exercida pela antiga Paris persiste. Essa persistência é devida ao duplo caráter da centralidade capitalista: “lugar de consumo e consumo do lugar. Esta centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. Pode dispensar isso tudo. Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas: elas vêm, olham, falam, falam-se. E é o lugar do encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca”, assi-

nala Lefebvre. (1969, p. 120)

O sentido de obra da antiga Paris passa a ser apreendido, então, como um produto. É a partir do aglomerado das mercadorias que a polarização exercida pela antiga Paris persiste. O velho centro não existe mais: seus espaços apropriados ao longo da história foram dispensados, mas o centro persiste: seus espaços são apropriados abstratamente através do consumo. “A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo”, sentencia Lefebvre. (1969, p. 98)

#### A FORMA DE UMA CIDADE MUDA MAIS RAPIDAMENTE, MEU DEUS, QUE UM CORAÇÃO INFIEL!

O que Baudelaire observa quando escreve *O Cisne* é o aniquilamento não só de uma herança, de um legado físico do passado – a morte da velha Paris –, mas também o da herança em si; é a agora rápida e incessante transformação da cidade, que o coração humano, ainda que infiel, não é capaz de acompanhar.

Quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade, esta, antes caracterizada pela sedimentação e acumulação de camadas, é engolfada por um processo frenético de destruição e reconstrução sistemáticas. “A demolição

<sup>37</sup> Para Lefebvre (1993, p. 370, trad. autor), o espaço abstrato é letal porque “destrói a condição histórica que lhe conferiu existência, suas próprias diferenças (internas) e quaisquer diferenças que demonstrem estar se desenvolvendo, com propósito de impor uma homogeneidade abstrata”.

São do autor as expressões “espaço social” e “espaço abstrato”. O primeiro é por ele definido como o espaço que é “ao mesmo tempo obra e produto – uma materialização da existência social”. O segundo, como um “meio de troca (com a necessária qualidade de ser intercambiável) que tende a absorver o uso” (Lefebvre, 1993, p. 100 e 307, trad. autor). Enquanto o primeiro é um “espaço único”, ainda que “produzido e reproduzido em conexão com as forças de produção (e com as relações de produção)”, o segundo é um “espaço repetitivo”, intercambiável posto que indiferenciado e indiferenciado posto que intercambiável, posto que passível de ser “trocado, comprado e vendido”. Enquanto o primeiro é ao mesmo tempo obra e produto, o segundo é um “produto *strictu sensu*”. (Lefebvre, 1993, p. 75 e 77, trad. autor)

urbana e a substituição tornam-se duas das principais marcas da nova economia. Quanto mais efêmero o recipiente, mais rápido o rodízio”, observa Mumford (1982, p. 448). Se a rapidez do rodízio rouba ao que é novo o direito de envelhecer e ao que é velho o direito de existir, a transformação da cidade não é mais o produto de uma única operação – a de adição – mas o de duas – a de adição e a de subtração. E agora essas duas operações sucedem-se numa velocidade tal que o espaço torna-se mais infiel do que o próprio coração do homem.<sup>38</sup>

“No passado, o ritmo de vida de uma cidade parecia mais lento e mais estável do que o ritmo da vida humana, e os homens encontravam na cidade um ponto de apoio e de referência para a sua experiência; agora, acontece o contrário, e faz falta aquele ponto de apoio, pois a fisionomia da cidade parece mais efêmera do que a memória humana”, constata Benévolo. (1976, p. 158)

Chevalier (cit. p/Harvey, 1985, p. 164) nota que as memórias e as imagens da velha *Ile de la Cité* foram erradicadas quase instantaneamente depois da sua destruição. No Guia de Paris de 1867, o fotógrafo Nadar (cit. p/Harvey, 1985, p. 164) lamenta-se: “Eles destruíram tudo, inclu-

sive a memória”.<sup>39</sup> O que se destruiu, portanto, foi mais do que um ponto de apoio – as velhas ruas, as velhas casas, os velhos usos –, mas a própria possibilidade de ruas, casas e usos constituírem um ponto de apoio, pois não há como se apoiar naquilo que é mais infiel do que si mesmo.

Contudo, os elementos do espaço apresentam graus diferenciados de sujeição à infidelidade. Para Conzen (cit. p/Hohenberg e Lees, 1985, p. 302, trad. autor), “o traçado urbano é mais resistente à transformação, o edifício, menos, e o uso funcional efetivo da terra é o mais sujeito à transformação, com edificações e atividades se adaptando um ao outro”.<sup>40</sup> Tal argumentação vem ao encontro da teoria de Marcel Poète, segundo a qual a permanência mais significativa é dada pelas ruas, pelo plano urbano, que “pode diferenciar-se nas atribuições, pode se deformar, mas substancialmente não se desloca” (Poète, cit. p/Rossi, 1995, p. 52). Essa seria, segundo Rossi (1995, p. 52), a descoberta mais importante de Poète: a de que “as cidades permanecem em seus eixos de desenvolvimento, mantêm a posição de seus traçados”.

A teoria dos fatos urbanos proposta por Rossi (1995, p. 115), por sua vez identifica na cidade

<sup>38</sup> “A mobilização do espaço se torna frenética e produz um ímpeto em direção à autodestruição de espaços velhos e novos. Investimento e especulação não podem ser barrados, nem mesmo atenuados, e um círculo vicioso é então instalado”, escreve Lefebvre. (1993, p. 336)

<sup>39</sup> Para Halbwachs (1990, p. 143), “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Não seria possível”, continua o autor, “compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca”. É justificável, então, o lamento de Nadar.

<sup>40</sup> Tal a radicalidade da reforma de Paris: nenhum dos elementos urbanos, nem mesmo o mais resistente, o traçado, escapou à transformação. Hohenberg e Lees (1985, p. 302) chamam a atenção para a natureza pouco plástica da estrutura urbana. Blumenfeld (cit. p/Hohenberg e Lees, 1985, p. 302) aponta para o fato de que no século XIX iniciou-se simultaneamente uma redução na plasticidade urbana e uma aceleração dos incentivos para reorganizar o uso da terra. A reorganização dos usos da terra (ou a aceleração da sua sucessão, como colocam Hohenberg e Lees) e a redução da capacidade de adaptação da estrutura urbana a essa reorganização (a seu ritmo acelerado, principalmente) resultam em um processo de constante obsolescência e, portanto, de infidelidade: “uma residência não é muito adequada para servir como uma fábrica ou um depósito, e somente um pouco mais adequada para servir como uma oficina ou uma loja. Edifícios sólidos são destruídos freqüentemente por nenhuma outra razão a não ser a de que ocupam o local errado: eles estão locacionalmente obsoletos” (Hohenberg e Lees, 1985, p. 302, trad. autor). Também as ruelas estreitas e tortuosas da velha Paris estavam locacionalmente obsoletas e, por isso, deliberou-se a sua destruição.

“elementos primários e áreas-residência”. Os elementos primários são aqueles “elementos urbanos de natureza preeminente (...), na medida em que participam da evolução da cidade no tempo de maneira permanente, identificando-se frequentemente com os fatos constituintes da cidade”. As áreas-residência são a “parte principal da superfície urbana e que raramente apresentam características de permanência” (Rossi, 1995, p. 58). Enquanto “nos primeiros predomina a forma consumada, nos segundos aparecem em primeiro plano os valores do solo”. (Rossi, 1995, p. 124)

À medida que nos segundos são os valores do solo que predominam, a sua forma não é nunca consumada, a sua transformação é produto de duas operações – a de adição e a de subtração – que se sucedem ininterrupta e rapidamente. O grau de infidelidade dos elementos do espaço – a rua, o edifício, o uso – vai variar de acordo com a compatibilidade desses com a evolução da cidade. A partir do momento em que essa evolução passa a ser organizada segundo a lógica da indústria, na base da qual encontra-

se a lógica capitalista, o grau de infidelidade do espaço vai variar de acordo com o seu grau de sujeição a essa lógica: tanto mais sujeito a ela um elemento, tanto mais infiel ele se torna.<sup>41</sup>

É claro que aquilo que é de domínio da propriedade privada – o edifício privado, o uso particular – vai ser mais infiel do que aquilo que é de domínio da propriedade pública – o edifício público, o uso público e, em especial, a via, esse elemento essencialmente público, que oferece maior resistência à infidelidade por estruturar os demais e por sua transformação esbarrar sempre naquilo que é de domínio da propriedade privada.<sup>42</sup>

A persistência dos “elementos primários”, por sua vez, é dada por seu “valor constitutivo”, por seu valor enquanto fato constituinte da cidade, “pela história, pela arte, pelo ser e pela memória”, escreve Rossi (1995, p. 55 e 66), mas é somente garantida enquanto esses valores impõem-se sobre a forma puramente econômica de valor: o valor de troca. O autor (Rossi, 1995, p. 115) chama a atenção para a natureza “essencialmente urbana” desses elementos, que lhes é

<sup>41</sup> Hohenberg e Lees (1985, p. 298, trad. autor) argumentam que os principais processos levados a cabo pelo “poder solvente do dinheiro” e pelas “forças do desenvolvimento econômico” são a substituição do uso residencial pelo comercial e o deslocamento do primeiro de áreas de alto status para áreas de baixo status de ocupação.

A velha Paris é atingida por esses dois processos. Os “elementos primários”, aqueles poupados por Haussmann, são os monumentos “grandes e belos”. “As qualidades estéticas dos antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção” enquanto “produto de consumo de uma alta qualidade”, escreve Lefebvre (1969, p. 17). Quanto às “áreas-residência”, especialmente aquelas locacionalmente obsoletas, ocupadas pela classe trabalhadora, estas são removidas da região de alto status – o centro – e deslocadas para a região de baixo status de ocupação – a periferia.

Há ainda, portanto, graus diferenciados de infidelidade internos aos próprios elementos do espaço. Na competição pelas áreas mais valorizadas, o uso não residencial, especialmente o de “alto status”, vence o uso residencial, especialmente o de “baixo status”. Nesse sentido, na medida em que a infidelidade do espaço obedece à lógica capitalista de valorização do solo, de competição pelas áreas mais valorizadas, não é coerente que ela signifique senão sempre, quase sempre, não importa sobre qual ou quais elementos do espaço incida, a remoção do que é de “baixo status” para a ocupação pelo que é de “alto status”?

Essa infidelidade seletiva ou segregativa – “melhor que um edifício antigo numa ‘boa’ área seja demolido do que ocupado por inquilinos inadequados” (Hohenberg e Lees, 1985, p. 313, trad. autor) – não é exclusividade do plano haussmanniano. Benévolo considera a demolição uma das operações típicas da urbanística oitocentista, a qual ilustra com a reforma de Florença realizada em 1885, onde se vêem os “edifícios normais, destruídos, e os edifícios monumentais, conservados”. (Benévolo, 1976, p. 115, Fig. 98, grifos nossos)

<sup>42</sup> Eis o motivo pelo qual Haussmann destruiu mais do que as empresas privadas: destruindo-se o elemento estruturador do espaço, destruiu-se tudo aquilo que se estruturou em função dele.

Eis também o motivo pelo qual Haussmann não destruiu mais ainda: destruindo-se o elemento estruturador do espaço, acabou-se por colidir com o domínio da propriedade privada.

própria não só porque eles foram produzidos pela coletividade, mas também porque são *apropriados* por ela.<sup>43</sup>

Quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade, ele também se impõe à vida urbana, à realidade urbana, ao urbano. “O social-urbano é negado pelo econômico-industrial”, afirma Lefebvre (1969, p. 25). Ora, se o “mundo da mercadoria” possui uma lógica própria, que é a “do dinheiro e do valor de troca, se a forma da troca e da equivalência só exprime indiferença diante da forma urbana”, se a sociedade urbana tem uma lógica distinta da lógica da mercadoria, se o urbano se baseia no valor de uso, “não se pode evitar o conflito”, constata o autor (Lefebvre, 1969, p. 78). Porém, quando o “Estado e a Empresa procuram se apoderar das funções urbanas, assumi-las e assegurá-las ao destruir a forma do urbano”, pergunta-se, eles efetivamente conseguem fazê-lo?<sup>44</sup>

Mesmo os novos *arrondissements* criados apenas sete anos antes da publicação do Guia de Paris, em 1867, são aí citados pelos parisien-

ses como uma “comunidade”.<sup>45</sup> “Ainda que o valor de troca tenda a reabsorver o uso na troca e no valor de troca” (...), escreve Lefebvre (1969, p. 120), “o uso e o valor de uso resistem obstinadamente: irredutivelmente”. A polarização exercida pela antiga Paris persiste devido ao duplo caráter da centralidade capitalista – lugar de consumo e consumo do lugar –, mas também devido à persistência mesma do urbano, garantida justamente por esse duplo caráter. Ainda que sob o pretexto do consumo, as pessoas reúnem-se, “vêm, olham, falam, falam-se”.

“O fato é que o uso reemerge agudamente em superioridade à troca no espaço, por ele implicar não em propriedade, mas em apropriação”, constata Lefebvre (1993, p. 356, trad. autor). “Ainda que um produto a ser utilizado, a ser consumido, o espaço é também um meio de produção”, conclui o autor (Lefebvre, 1993, p. 85, trad. autor). Os habitantes dos novos *arrondissements*, que se reconhecem como participantes de uma comunidade, resistiram à sua separação desse meio, essa operação que resul-

<sup>43</sup> “De fato”, observa Argan (1992, p. 220), “tudo o que se oferece como fato histórico no contexto urbano é interpretável, suscetível de atribuição de valor”. O elemento primário, na medida em que permanece, guarda a possibilidade de ser continuamente reavaliado, reinterpretado, reapropriado pela comunidade urbana.

<sup>44</sup> “O Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação (...) que destrói morfologicamente a cidade e ameaça a vida urbana”, escreve Lefebvre (1969, p. 90). Harvey (1985, p. 68, trad. autor) considera a transformação de Paris o produto da coalizão entre “o estado, o capital financeiro e os interesses da propriedade”. Para Lefebvre (1993, p. 308), essa convergência para a segregação persiste sob o domínio do espaço abstrato, sob o domínio do capital: “ainda que tenha emergido historicamente com o plano no qual um compromisso sócio-político foi firmado entre a aristocracia e a burguesia (isto é, entre o proprietário da terra e o proprietário do dinheiro), o espaço abstrato tem mantido o seu domínio na era do conflito com o capital financeiro (...)”. A questão é que, para o autor, ainda que frações do capital – o capital comercial, o capital financeiro, o capital investidor, o capital financeiro – entrem em conflito entre si, “a unidade formal do capital subsiste”. “A forma persiste, subsumindo todas as frações”, conclui o autor (Lefebvre, 1993, p. 306). E se a forma do capital permanece, permanece o espaço abstrato.

<sup>45</sup> Harvey (1985, p. 162) analisa essa inclusão como uma prova da rapidez da capacidade de adaptação humana. (O coração humano estaria se tornando tão infiel quanto o espaço?) O autor observa também que a noção de comunidade manifesta pelos parisienses nesse Guia reduz-se a “uma pequena escala de vizinhanças, ‘quartiers’, e até os novos *arrondissements*”. A noção de comunidade, que antes abrangia a cidade como um todo, fragmenta-se tanto quanto a cidade, passando a abranger apenas uma parte dela, a mais imediatamente próxima do local de moradia. Também essa redução pode ser incluída naquele processo de “privatização do espaço” observado por Dauntton (cit. p/ Hohenberg e Lees, 1985, p. 300). “A atividade coletiva, como a diversão”, escrevem Hohenberg e Lees (1985, p. 301, trad. autor), “tornou-se mais especializada e confinada a espaços particulares”. Por outro lado, continuam os autores (Hohenberg e Lees, 1985, p. 300), “na rua e no espaço público, os laços e costumes comunitários cederam a um total anonimato governado pelas regras formais da ordem pública”.

ta na conversão da obra em produto: pela apropriação, o *habitat* tornou-se *habitar*, o espaço foi devolvido “à esfera do tempo vivido, ao tempo de seus usuários”. (Lefèbvre, 1993, p. 356, trad. autor)

“O urbano”, escreve Lefèbvre (1969, p. 78), “é um campo de relações que compreendem notadamente a relação do tempo (...) com o espaço. Enquanto lugar do desejo e da ligação dos tempos, o urbano poderia se apresentar como *significante* cujos *significados* procuramos nesse instante (isto é), as ‘realidades’ prático-sensíveis que permitem realizar esse *significante* no espaço, com uma base morfológica e material adequada”.<sup>46</sup> Essa base morfológica e material somente é adequada à realização do urbano en-

quanto é apropriável, enquanto guarda essa qualidade. Nesse sentido, a base morfológica e material do espaço infiel – essa base infiel, em processo constante de destruição e reconstrução – só é capaz de realizar o urbano quando a infidelidade não lhe subtrai também essa qualidade: a de ser apropriável. Conquanto tal subtração não aconteça, a quebra incessante da cidade enquanto acúmulo de tempos pode não significar a quebra incessante do urbano enquanto ligação de tempos. Se o conflito entre o valor de troca e o valor de uso resulta na submersão constante do último sob o primeiro, a cidade não é nunca consumada. Porém, enquanto o uso re-emergir constantemente em superioridade à troca, o urbano sempre o será.

### Referências bibliográficas

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAUDELAIRE, Charles. *Les fleurs du mal et autres poèmes*. Paris: Garnier-Flamarion, 1964.
- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Trad. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAUDELAIRE, Charles. *Pequenos poemas em prosa*. Trad. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- BAUDELAIRE, Charles. *Le spleen de Paris* (petit poèmes en prose) – La Faurfalo. Paris: Garnier-Flamarion, 1964.
- BENÉVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BENÉVOLO, Leonardo. *Origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença, 1981.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

<sup>46</sup> Para Lefèbvre (1969, p. 46), a cidade é “a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico” e “a vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra, o ‘urbano’ não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia”. O urbano, então, não pode dispensar a cidade; sem ela, ele é apenas uma possibilidade, uma virtualidade.

- CASTELLS, Manuel. **The informational city** – information, technology, economic restructuring and the urban-regional process. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CHOAY, Françoise. **L'allégorie du patrimoine**. Paris: Editions du Seuil, 1992.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DEANE, Phyllis. **A revolução industrial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
- GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. **Consciousness and the urban experience** – studies in the history and theory of capitalist urbanization. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1985.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Huicitec, 1980.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBBSBAWN, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- HOHENBERG, Paul M. e LEES, Lynn H. **The making of urban Europe 1000-1950**. London: Harvard University Press, 1985.
- JACOBS, Jane. **Muerte y vida de las grandes ciudades**. Madrid: Editorial Peninsula, 1973.
- LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFÈBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1993.
- LEFÈBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1983.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história** – suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- POÈTE, Marcel. **Formation et evolution de Paris**. Paris: Société d'Édition et de Publications/Félix Juven, 1970.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SUTCLIFFE, Anthony. **Ocaso y fracaso del centro de Paris**. Barcelona: Gustavo Gili, 1970.
- VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- WILSON, Elizabeth. **The sphinx in the city** – urban life, the control of disorder and women. Oxford: University of California Press, 1991.